

SUPERAMPLIADA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL



CARGO 5: ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA
ÁREA: SERVIÇO SOCIAL



Caderno de Provas Objetivas e Discursiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados referentes ao cargo/área ao qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas/Texto Definitivo. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas/Texto Definitivo, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo/área ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas/Texto Definitivo, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Ciência é conhecimento organizado. Sabedoria é vida organizada.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas/Texto Definitivo: marcações das respostas (provas objetivas) e transcrição do texto definitivo (prova discursiva).
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas/Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas/Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.



CONCURSO PÚBLICO
Aplicação: 2015

NÍVEL SUPERIOR

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

- 0(XX) 61 3448-0100;
- www.cespe.unb.br;
- sac@cespe.unb.br.



- Cada item das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas/Texto Definitivo**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas/Texto Definitivo**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: ... seguida de **ASSERTIVA**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Educação prisional

1 No Brasil, a educação prisional está garantida por lei. Os
mais de 500 mil detentos existentes no país têm direito a
salas de aula dentro dos presídios e, a cada doze horas de
4 frequência escolar de qualquer nível (fundamental, médio,
profissionalizante ou superior), o preso tem um dia de pena
remido. Desde 2012, entre os projetos voltados à
7 recuperação e à reinserção social, está a remição de pena
por meio da leitura.

O projeto transforma a leitura em uma extensão da
10 produção de trabalho intelectual, que já caracterizava a
remição de pena por dias de estudo. Os detentos têm acesso
a mais de cem livros comprados pelo governo e, a partir
13 dessa seleção, eles têm de vinte e um a trinta dias para ler
um livro e escrever uma resenha que, se adequada aos
parâmetros da lei, como circunscrição ao tema e estética,
16 subtraem quatro dias da pena. Ao todo, os detentos podem
remir até quarenta e oito dias apenas com as leituras. Essa
possibilidade, no entanto, ainda é restrita a penitenciárias
19 federais de segurança máxima.

Após um ano de vigência da lei que regulamentou o
projeto, dados coletados pelo Departamento Penitenciário
22 Nacional (DEPEN) revelaram os hábitos de leitura nos
presídios. Foram feitas 2.272 resenhas, sendo 1.967 aceitas,
o que resultou em um total de 7.508 dias remidos. Entre os
25 dez livros mais lidos e resenhados estavam **A Menina que
Roubava Livros**, em primeiro lugar, e **O Pequeno Príncipe**,
em décimo.

28 Na visão do coletivo de incentivo cultural **Perifatividade**,
o projeto é uma oportunidade de os detentos ampliarem seu
universo e perceberem novas dinâmicas de como analisar o
31 mundo, além de ser um incentivo à educação.

Internet: <www.revistaeducacao.uol.com.br> (com adaptações).

Julgue os próximos itens, referentes às ideias do texto

Educação prisional.

- 1 Qualquer detento no Brasil tem direito à educação prisional e, conseqüentemente, à remição de pena por meio da leitura.
- 2 O autor do texto defende a ideia de que a leitura possibilita a ampliação do universo do leitor e a percepção de novas dinâmicas de análise do mundo; por essa razão, o texto pode ser caracterizado como essencialmente argumentativo.
- 3 Os objetivos do projeto de remição de pena por meio da leitura são a recuperação e a reinserção social dos detentos bem como a diminuição do contingente dos presídios.
- 4 O projeto de remição de pena por meio da leitura começou a vigor no Brasil em 2012.
- 5 A produção de trabalho intelectual possibilita aos detentos a diminuição da pena a ser cumprida.

No que diz respeito aos aspectos linguísticos do texto **Educação prisional**, julgue os seguintes itens.

- 6 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o sinal indicativo de crase poderia ser eliminado em ambas as ocorrências no trecho “voltados à recuperação e à reinserção social” (l. 6 e 7).
- 7 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso a expressão “de vinte e um a trinta” (l.13) fosse substituída por **entre vinte e um a trinta**.
- 8 A correção gramatical do texto seria mantida caso a vírgula logo após o termo “que” (l.14) fosse eliminada.
- 9 A substituição da locução “no entanto” (l.18) por **conquanto** manteria a relação estabelecida entre a última oração do segundo parágrafo e a que a antecede.
- 10 Na linha 23, a forma verbal “Foram feitas” concorda em gênero e número com o termo seguinte, “2.272 resenhas”, que é o sujeito da oração em que se insere.

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais, julgue os itens que se seguem de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 11 A exposição de motivos e a mensagem diferem no que se refere à indicação do local e da data. Enquanto a exposição de motivos segue o padrão ofício em relação a esse aspecto, a mensagem não o segue, ao trazer a indicação do local e da data a 2 cm do final do seu texto.
- 12 O uso da variedade padrão da língua na redação dos expedientes oficiais tem por base um padrão oficial de linguagem, isto é, uma forma de linguagem comum na escrita de documentos oficiais e que se caracteriza pela seleção de determinadas expressões linguísticas e pela utilização de estruturas sintáticas tradicionais.
- 13 O aviso é um gênero de comunicação oficial cujo remetente é restrito, uma vez que é expedido apenas por ministros de Estado e tem como finalidade comunicativa o tratamento de questões oficiais pelos órgãos da administração pública entre si.
- 14 O registro dos despachos no corpo do memorando funciona como um histórico de todas as etapas por que passou a matéria tratada no documento.
- 15 Comunicações oficiais cujo remetente é o presidente da República caracterizam-se pelo emprego da forma **Respeitosamente** como fecho, pela ausência de assinatura e pela presença da identificação do signatário como forma de se evitarem equívocos.

Julgue os próximos itens, relativos ao sistema de justiça criminal.

- 16** Cabe à Secretaria Nacional de Segurança Pública apurar infrações penais cometidas contra a ordem política ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou outros delitos de repercussão interestadual.
- 17** O programa Sistema Único de Segurança Pública é gerenciado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e visa articular as ações federais, estaduais e municipais tanto na área de segurança pública quanto na de justiça criminal.

Com relação ao sistema prisional brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 18** Parte significativa das pessoas presas para cumprimento de pena estão sob custódia nos distritos policiais, uma prática que ainda é legalmente permitida pela política do sistema prisional brasileiro devido à insuficiência de presídios para o acolhimento dessas pessoas.
- 19** Atualmente, o Brasil ainda se confronta com o desafio de superar alguns aspectos, ultrapassados, remanescentes do modelo penitenciário vigente à época de criação dos primeiros estabelecimentos prisionais do país.

No Brasil, o sistema de justiça criminal e prisional deve ser harmônico e integrar os poderes, de modo a apresentar processos ágeis, competências definidas e ser capaz de assegurar a ordem pública, ao executar e garantir a aplicação coativa das leis, cumprir os objetivos da execução penal e promover a paz social. O sistema de justiça criminal e prisional deve, ainda, zelar pelos recursos públicos, garantir a supremacia do interesse público e priorizar a vida, a saúde, o patrimônio e o bem-estar das pessoas.

Acerca desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 20** O crescente aumento da criminalidade está diretamente relacionado ao inchaço das grandes metrópoles, que se soma à situação econômica, à ausência de políticas públicas e sociais, bem como à impunidade que ainda vigora em grande parte dos crimes praticados atualmente.
- 21** Se uma mulher maior de setenta anos de idade for condenada por crime tipificado em lei, ela deverá ser recolhida em estabelecimento penal adequado a sua condição pessoal.
- 22** Atualmente, existem mais de 700 mil pessoas encarceradas no Brasil, entre as quais a maioria é de detentos em caráter provisório, ou seja, presos que não foram julgados e que muitas vezes cumprem integralmente a pena, antes mesmo de seu caso ser avaliado por um juiz.
- 23** O trabalho do condenado, que tem finalidade educativa e produtiva, é remunerado, não podendo o preso receber menos que três quartos do salário mínimo pelo trabalho, exceto quando estiver prestando serviços à comunidade.
- 24** Tanto a defensoria pública quanto o Ministério Público são órgãos consultivos e fiscalizadores da execução da pena, cabendo ao conselho penitenciário a execução administrativa das penas dos condenados.

A segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada. No âmbito do processo de constituição da política de segurança pública, são elaborados mecanismos e estratégias de enfrentamento da violência e da criminalidade que afetam o meio social. Entre eles, está a participação da sociedade, que, por meio de suas instituições representativas, torna-se crucial para o delineamento de qualquer política pública para a segurança.

A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que a sigla PRONASCI, sempre que utilizada, refere-se ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

- 25** A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública é uma ação governamental de política de segurança pública e cidadania cuja finalidade é fiscalizar o PRONASCI; para isso, ela conta com o apoio direto do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República.
- 26** As conferências nacionais de segurança pública, marco importante na Política Nacional de Segurança Pública, constituem projeto proposto pelo Conselho Nacional de Segurança Pública e têm como objetivo o combate à criminalidade.
- 27** A formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial; e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência são os principais eixos do PRONASCI, programa desenvolvido pelo Ministério da Justiça com vistas a prevenir, controlar e reprimir a criminalidade.

No que se refere a ética e moral, julgue os itens subsecutivos.

- 28** Uma equipe que pretende ver seus colaboradores adquirindo novos valores éticos deve considerar que a aprendizagem formal deve dar-se por meio das relações humanas e não apenas pela chamada “natureza humana” preexistente.
- 29** As decisões tomadas por um servidor com base no código de ética profissional do servidor público devem ser pautadas na legalidade, moralidade, conveniência e oportunidade, ao passo que aspectos subjetivos da personalidade dos indivíduos, como honestidade e desonestidade e o bem e o mal, não são passíveis de apreciação.
- 30** De acordo com o Decreto n.º 1.171/1994, a moralidade da administração pública fundamenta-se na distinção entre o bem e o mal e na ideia de que o fim é sempre o bem comum, devendo a conduta do servidor público ater-se à busca do equilíbrio entre legalidade e finalidade.
- 31** **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Bruno, servidor público federal, teve de cumprir suas atividades diárias após o horário do expediente devido ao fato de ter se prontificado, durante o dia, a auxiliar um colega de outro setor em uma atividade de caráter emergencial. **ASSERTIVA:** Nessa situação, Bruno agiu em consonância com a conduta ética que se espera do servidor público, já que, ao ter auxiliado o colega e ainda ter finalizado suas atividades diárias depois do expediente, ele fez mais do que sua função lhe exigia.

Julgue os próximos itens com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e na Lei de Improbidade Administrativa.

32 Cometerá ato de improbidade administrativa o servidor público que revelar informação sigilosa de que tenha ciência em função de suas atribuições.

33 SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Lucas, servidor público, por não ter conseguido finalizar o trabalho durante o expediente, levou para casa livros e documentos relacionados a um processo sigiloso que estava analisando. A fim de comunicar o fato a seu superior, Lucas escreveu-lhe um bilhete informando o ocorrido. **ASSERTIVA:** Nessa situação, Lucas poderá sofrer penalidade administrativa, ainda que sua intenção tenha sido a de terminar o trabalho em tempo hábil.

34 Entre os deveres fundamentais do servidor público inclui-se o uso de roupas que estejam condizentes com o desempenho de suas atividades funcionais.

35 Um servidor público que, após ser punido com advertência, integralizar três anos de efetivo exercício sem nova punição disciplinar será beneficiado com o cancelamento do registro de sua punição, e tal cancelamento terá efeito retroativo para fins de progressão na carreira.

Por suas características mais definidoras, a Constituição Federal de 1988 (CF) foi chamada de Constituição Cidadã. Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna brasileira, julgue os itens a seguir.

- 36** A única forma de censura permitida no Brasil é a que envolve espetáculos teatrais, especialmente os voltados para o público infanto-juvenil, e os livros didáticos a serem utilizados no ensino fundamental.
- 37** O direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade é assegurado a todos os brasileiros, sem distinção, mas existem ressalvas quanto a essa garantia para os estrangeiros residentes no país.
- 38** Ninguém pode ser submetido a tortura ou a tratamento desumano ou degradante, salvo em situação de guerra externa ou em caso de traição nacional.
- 39** No Brasil, está garantida a liberdade do exercício de culto religioso, uma vez que é inviolável a liberdade de consciência e de crença.

Aprovada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um prolongamento da Carta da Organização das Nações Unidas, documento que assinala o surgimento da instituição após a ocorrência de duas guerras mundiais na primeira metade do século XX. Com referência à DUDH, julgue os itens subsequentes.

- 40** Além de significar a internacionalização dos direitos humanos, a DUDH é o primeiro documento de dimensão mundial a tratar de forma abrangente o tema dos direitos humanos, realçando a importância destes para a construção de um mundo de justiça e paz.
- 41** Logo em seu preâmbulo, a DUDH pressupõe a existência de relação direta entre paz e direitos humanos, de tal modo que a conquista da convivência pacífica fica inviabilizada se houver desrespeito a esses direitos.
- 42** A DUDH enfatiza o respeito aos direitos e liberdades de ordem pessoal, entre os quais estão o direito à dignidade da pessoa, a garantia de proteção igual perante a lei, a garantia contra o trabalho escravo, a tortura, as detenções e as penas arbitrarias, além do direito de recorrer ao Poder Judiciário contra abusos do poder.
- 43** A DUDH pode ser considerada o ato inaugural de uma nova concepção da vida internacional justamente por proclamar, para a comunidade das nações, a importância dos direitos humanos para a boa convivência coletiva.

Aprovado em 2009, o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) assenta-se nos seguintes eixos orientadores: interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos; universalização dos direitos em um contexto de desigualdades; segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; direito à memória e à verdade. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 44** Uma importante diretriz do PNDH-3 refere-se ao combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.
- 45** Ao propor um eixo orientador centrado na relação entre desenvolvimento e direitos humanos, o PNDH-3 defende, entre outros objetivos, um modelo de desenvolvimento sustentável, assinalado pela inclusão social e econômica, tecnologicamente responsável e ambientalmente equilibrado.
- 46** Entre as diretrizes contidas no PNDH-3, estão a democratização e a modernização do sistema de segurança pública, o que requer transparência e efetiva participação da sociedade na abordagem do tema.

Considerando aspectos diversos tratados na Lei de Execução Penal (LEP), a exemplo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), dos conselhos penitenciários e dos conselhos da comunidade, entre outros, julgue os itens seguintes.

- 47** Ao CNPCCP incumbe estabelecer os critérios para elaboração da estatística criminal, ao passo que ao Congresso Nacional compete elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor.
- 48** Ao conselho penitenciário compete emitir parecer a respeito de indulto e comutação de pena na hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso.
- 49** A avaliação periódica do sistema criminal deve ser feita pelas secretarias estaduais de segurança pública, mediante delegação de competência do Ministério da Justiça.
- 50** Ainda que deva visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca, o conselho da comunidade está impedido de entrevistar presos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que se refere à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), julgue os itens subsecutivos.

- 51** As fontes de recursos federais para o financiamento de programas e ações na rede de atenção à saúde da pessoa privada de liberdade, conforme previsão da PNAISP, são garantidas pelos Ministérios da Saúde e da Justiça por intermédio dos Fundos Nacionais de Saúde e de Segurança Pública, respectivamente.
- 52** Os beneficiários da PNAISP, no sistema prisional brasileiro, são os presos provisórios ou sentenciados, os internados em medida de segurança, os egressos e os adolescentes submetidos à medida socioeducativa de internação.
- 53** Entre os critérios para a qualificação de município à PNAISP incluem-se a adesão do estado a que pertença o município, a existência de população privada de liberdade em seu território, a formalização e assinatura do termo de adesão municipal e a elaboração de plano de ação municipal para atenção à saúde da pessoa privada de liberdade.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

- 54** Manoel, sentenciado a vinte e cinco anos de reclusão, não reúne condições para custear a contratação de advogado que acompanhe a execução de sua pena. Nessa situação, a assistência jurídica deverá ser garantida pelo Estado, de forma integral e gratuita, sob a responsabilidade da defensoria pública, dentro e fora do estabelecimento penal.
- 55** Pedro, analfabeto, sentenciado a oito anos de reclusão, ingressou no sistema penitenciário, consignando-se em seus registros a falta de instrução fundamental. Nessa situação, é obrigatório que o estabelecimento prisional garanta que Pedro frequente o ensino fundamental nos mesmos moldes e requisitos do sistema escolar da unidade federativa a que pertença esse estabelecimento.
- 56** Um preso, em cumprimento de pena de reclusão em regime fechado, recebeu a notícia do falecimento de seu filho e requereu permissão para comparecer ao enterro. Nessa situação, caso seja autorizada a saída do preso, caberá ao assistente social em atividade no estabelecimento prisional acompanhar pessoalmente o preso e apresentar, ao final, ao diretor do estabelecimento, relatório em que circunstancie o comportamento do preso no período em que este estiver fora.

57 Um preso, após o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo período de dez anos, foi definitivamente liberado e, contados seis meses de sua saída do estabelecimento prisional, ele requereu do Estado a concessão de alojamento e alimentação em estabelecimento adequado, bem como a colaboração para obtenção de trabalho, o que lhe foi negado, dada a sua condição de egresso. Nessa situação, foi correto o indeferimento do pedido, uma vez que o egresso não possui direito à assistência nos termos pretendidos.

58 José foi condenado a dezoito anos de reclusão e recolhido a estabelecimento prisional. No curso da execução da pena, ele contraiu doença grave, e foi constatada a impossibilidade de o estabelecimento prisional prover-lhe a assistência médica necessária. Nessa situação, a assistência médica ao preso deverá ser custeada pela família do sentenciado em outro local, desde que haja a autorização expressa do juiz competente.

Com relação a assistência educacional e a assistência do trabalho do preso, fatores fundamentais para o reingresso do apenado na sociedade, julgue os itens seguintes.

59 O trabalho remunerado é obrigatório ao preso e deve vincular-se a sua capacidade e aptidão, ressalvada essa obrigatoriedade para o segregado provisório, para quem o trabalho será facultativo e limitado ao interior do estabelecimento prisional em que se encontre recolhido.

60 SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: João, em cumprimento de pena em regime fechado, ao executar serviço de limpeza dentro do estabelecimento prisional, acidentou-se gravemente, o que resultou na perda de um dos dedos de sua mão direita. **ASSERTIVA:** Nessa situação, e considerando-se o fato de que o trabalho interno é remunerado, João tem direito a indenização com base nas disposições legais trabalhistas.

61 SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um preso, durante o cumprimento de pena privativa de liberdade, exercia atividade laboral no interior do estabelecimento penal e, também, tarefas de prestação de serviços à comunidade, em cumprimento a pena restritiva de direitos. **ASSERTIVA:** Nessa situação, a remuneração do preso será referente apenas ao trabalho interno, não havendo direito a remuneração pela prestação do serviço comunitário.

Nos termos da Lei de Execução Penal, julgue os itens que se seguem, acerca do instituto da remição.

- 62** Um preso em regime semiaberto que trabalhe, durante o dia, em jornada de seis horas diárias e estude, em horário noturno, pelo período de quatro horas terá direito, a cada três dias de exercício conjunto dessas atividades, ao abatimento de dois dias de pena.
- 63** A remição, pelo trabalho, na proporção de um dia de pena a cada três dias trabalhados, diz respeito a todos os regimes de execução da pena: o aberto, o fechado e o semiaberto.
- 64** O tempo remido deverá ser computado como pena cumprida, independentemente da natureza do crime cometido, o que beneficia também os apenados pela prática de crimes hediondos e crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.
- 65 SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um sentenciado, no decorrer da execução de sua pena privativa de liberdade em regime semiaberto, foi punido por falta grave devidamente apurada em procedimento próprio. **ASSERTIVA:** Nessa situação, o preso perderá o direito ao tempo remido já computado, de modo que o novo período de cômputo começará a partir da data da infração disciplinar.

Com base no Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), julgue os seguintes itens.

- 66** Para a execução do PEESP, poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres com entes da administração pública, consórcios públicos ou entidades privadas.
- 67** Por determinação legal, o PEESP deverá contemplar a educação básica, na modalidade de educação de jovens e adultos; a educação profissional e tecnológica; e a educação superior.
- 68** Entre as diretrizes do PEESP está o estímulo à formulação de políticas de atendimento educacional às crianças que estejam em estabelecimento penal devido à prisão de suas mães.
- 69** O PEESP será elaborado pela União e executado pelos estados e pelo Distrito Federal, sendo obrigatória a adesão dos municípios a esse plano.
- 70** Os estados e o Distrito Federal deverão elaborar plano de ação como condição para que venham a obter apoio técnico da União, por meio dos Ministérios da Justiça e da Educação, sendo, contudo, vedada a transferência de recursos financeiros.

Julgue os itens que se seguem, relativos à assistência a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei.

71 O serviço de avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei contará com a justiça criminal, no transporte sanitário e na escolta para atendimento; no acesso a informações referentes à pessoa a ser atendida; no acesso a unidades prisionais e estabelecimentos de custódia e tratamento psiquiátrico; e no cuidado adequado conforme os projetos terapêuticos singulares elaborados.

72 Constitui dever do grupo condutor estadual da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional a elaboração de estratégia estadual para a atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei.

De acordo com as diretrizes básicas para a atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, julgue os próximos itens.

73 A vigilância epidemiológica e a sanitária dos estabelecimentos penais são de competência da gestão estadual do sistema prisional e da direção dos estabelecimentos penais.

74 Os presos provisórios são equiparados aos presos definitivos no que diz respeito à aplicação das diretrizes básicas para a atenção integral à saúde.

Jonas ingressou no sistema prisional após ter sido condenado em processo criminal. No momento do ingresso, ele afirmou ter sofrido agressões físicas do policial responsável por sua escolta, e, em seguida, foi acomodado em cela separada. Após um mês de prisão, realizou-se a primeira avaliação médica de Jonas.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir com base nas diretrizes básicas para a atenção integral à saúde de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional.

75 De acordo com a legislação em vigor, a primeira avaliação de saúde de Jonas foi realizada no prazo correto.

76 A alegação de Jonas, de ter sofrido agressão física, deverá ser registrada em seu prontuário clínico.

77 A acomodação de Jonas, em cela separada foi um procedimento correto, uma vez que o preso ainda não havia recebido atendimento médico.

Com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e nas diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, julgue os itens subsequentes.

78 O planejamento das ações de educação nas prisões poderá contemplar atividades de educação formal, educação não formal e educação profissional, sendo vedada a modalidade de educação a distância.

79 O preso com perfil e formação adequados poderá atuar como monitor no processo educativo dos estabelecimentos penais, desde que de forma voluntária e sem remuneração.

80 Os agentes penitenciários devem ter acesso a programas de formação integrada e continuada que auxiliem na compreensão das especificidades e da relevância das ações de educação nos estabelecimentos penais, bem como da dimensão educativa do trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da ética profissional pertinente ao assistente social, julgue os itens a seguir à luz da legislação específica do assistente social e do vigente Código de Ética do Assistente Social, publicado em 1993.

- 81** De acordo com os princípios éticos pertinentes ao assistente social, a ele é vedado substituir outro profissional da categoria que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto durar o período da exoneração.
- 82** Constitui dever do assistente social, em sua relação com os usuários do serviço social, esclarecê-los sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação ao iniciar o processo de intervenção profissional.
- 83** É dever do assistente social denunciar possíveis falhas nos regulamentos, nas normas e nos programas da instituição em que trabalhe quando estes ferirem princípios e diretrizes do seu código de ética profissional.
- 84** De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, a versão anterior do Código de Ética do Assistente Social, publicada em 1986, expressava clara conformidade com as bases filosóficas tradicionais, nitidamente conservadoras, orientadoras da ética da neutralidade.

Com referência aos processos de planejamento e de intervenção profissional do assistente social e a instrumentos e técnicas de pesquisa nessa área profissional, julgue os itens subsequentes.

- 85** O domínio de técnicas de pesquisas quantitativas, como a realização de estudos socioeconômicos, não integra o quadro de competências do assistente social.
- 86** Em sua prática, o assistente social deve materializar o trabalho a ser desenvolvido por meio da elaboração de um projeto pautado em instrumentos jurídico-legais fundamentais no qual sejam identificados os objetivos da intervenção profissional e o modo como essa intervenção atenderá às demandas sociais.
- 87** Segundo a concepção crítica, os projetos de intervenção do profissional de serviço social devem, entre outros aspectos, representar a autoimagem da profissão; eleger os valores que a legitimam socialmente; e formular os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu pleno exercício.
- 88** Pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social, com base em dados de 2004, buscou traçar o perfil do assistente social no mercado de trabalho e mostrou que esse profissional no Brasil vincula-se majoritariamente às empresas privadas e ao chamado terceiro setor.
- 89** A avaliação de políticas, programas e projetos sociais situa-se no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social e deve subordinar-se à composição de técnicas e instrumentos dirigidos a esse fim.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito da dimensão técnico-operativa do serviço social.

- 90** No campo sociojurídico, o assistente social deve analisar e interpretar os casos atendidos a fim de produzir material que dê suporte às decisões judiciais, com base em experiências acumuladas, em referenciais teóricos e em seus conhecimentos legais, bem como em particularidades institucionais necessárias ao encaminhamento de cada situação.
- 91** Em processos judiciais, instruções sociais na área de serviço social limitam-se à dimensão técnico-operativa da profissão.
- 92** A teorização crítico-dialética no serviço social desencadeou um processo de radicalização no debate da categoria profissional e suprimiu a possibilidade de se efetivar o instrumental técnico-operativo próprio do serviço social.
- 93** As ações do assistente social incluem o desenvolvimento de processos de participação social a partir da elaboração e implementação de práticas educativas exercitadas em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Entretanto, o exercício dessas práticas cabe tanto ao assistente social quanto a outras categorias profissionais.
- 94** No âmbito do serviço social, as ações de mobilização e organização social incluem-se no corpo teórico-prático da profissão como elementos constitutivos e traduzem formas de assimilação/recriação dessas ações na prática profissional.

No que se refere às diretrizes curriculares dos cursos de serviço social, julgue os itens que se seguem.

- 95** A nova lógica que estrutura o projeto de formação profissional permite que as relações entre os núcleos fundamentais desse projeto se tornem autônomos e até subsequentes, de modo a agregar diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional.
- 96** Em consonância com a modernidade, as atuais diretrizes curriculares consideram que o assistente social é o profissional que atua nos problemas sociais, implementando propostas para sua resolução por meio de ações sociais civis e públicas.
- 97** Os cursos de graduação em serviço social ressentem-se da ausência de atividades interdisciplinares devido ao fato de que as diretrizes curriculares para esses cursos conceberam o projeto de formação profissional embasado em três núcleos — fundamentos teórico-metodológicos do serviço social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional — que, conceitualmente, deveriam se inter-relacionar, mas que, na prática, se desenvolvem de modo independente.

Acerca das diferentes práticas exercidas pelo assistente social, julgue os próximos itens.

- 98** A consolidação do projeto ético-político-profissional no serviço social a partir da década de 80 do século passado propiciou a construção de práticas educativas fundadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com as conquistas da classe trabalhadora.
- 99** Ao assistente social que atue em equipe multiprofissional é facultado assinar pareceres em conjunto com membros de outras categorias profissionais.
- 100** A atuação de profissionais do serviço social em assessoria e consultoria tem aumentado devido às demandas do mercado e ao interesse dos profissionais da categoria em buscar a ocupação de espaços nessa área.

No que diz respeito à questão social e aos direitos de cidadania, julgue os itens que se seguem.

- 101** No que diz respeito à abordagem da questão social, o fenômeno conhecido como refilantropização está associado a iniciativas universais de atenção às necessidades básicas, desenvolvidas com o apoio de entidades sociais e estabelecedoras de direitos para os que por ela são beneficiados.
- 102** Nas três últimas décadas, o combate da pobreza, tema que se tornou o eixo da questão social, esteve focado na emancipação financeira, política e social das pessoas pobres.
- 103** Para a garantia dos direitos sociais, é imprescindível a atuação do Estado à frente da condução de políticas, programas e projetos sociais, de caráter democrático e universal.

Com referência à política social e legislação social, julgue os itens subsequentes.

- 104** Caso um aposentado pela previdência social, provedor de sua família, com filhos menores, seja condenado à pena em regime fechado, ele terá direito ao auxílio-reclusão e poderá recebê-lo, concomitantemente à sua aposentadoria.
- 105** A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é de competência do Governo Federal, representado pelo Ministério da Saúde, dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, por meio de suas Secretarias de Saúde ou órgãos equivalentes.
- 106** Os objetivos da seguridade social, embasados em ações de discriminação positiva, visam alcançar a universalidade da cobertura e do atendimento e a equidade na forma de participação dos segurados.
- 107** A vigilância socioassistencial concretiza-se quando entidades sociais são notificadas por inadequação dos serviços por elas prestados a crianças e adolescentes.

Julgue os itens seguintes, relacionados a políticas e programas sociais.

- 108** As estratégias do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia da AIDS e de outras DSTs devem contemplar as mulheres nas suas especificidades, ou seja, gestantes; lésbicas; bissexuais e outros grupos de mulheres que devem receber atenção conforme exige a situação de cada um desses grupos.
- 109** O uso de drogas influencia negativamente a capacidade de julgamento e de tomada de decisão pelo usuário, o que pode levá-lo a não usar o preservativo, a trocar sexo desprotegido por drogas ou a se colocar em situações de violência sexual, aumentando sua vulnerabilidade às DSTs e ao HIV.
- 110** A unidade de acolhimento adulto (UAA) oferece acolhida permanente a pessoas do sexo masculino com necessidades decorrentes do uso de *crack*, do álcool e de outras drogas, encaminhados por instituições de saúde diversas.
- 111** O direito à saúde das pessoas privadas de liberdade é assegurado pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e concretizado nas atividades de prevenção primária relativa às doenças cardiovasculares e cânceres, entre outros agravos recorrentes.
- 112** A atenção integral resolutiva, contínua e de qualidade às necessidades de saúde da população privada de liberdade no sistema prisional constitui uma das diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do SUS.

- 113** Nas situações em que o idoso não tenha condições econômicas de prover seu sustento, estando seus familiares também carentes de recursos financeiros, cabe ao poder público fazê-lo, no âmbito da assistência social.
- 114** A oferta de educação nos estabelecimentos penais restringe-se à educação básica, em sua modalidade de educação de jovens e adultos, e à educação profissional.

Com relação a políticas, diretrizes, ações e desafios referentes à família, à criança e ao adolescente, julgue os itens subsecutivos.

- 115 SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Mariana, moradora de município no interior do Brasil, teve um bebê quando estava com dezenove anos de idade. Pouco antes de dar à luz, temendo a reação dos pais e sem condições de criar seu filho sozinha, fugiu para uma cidade maior, onde conheceu um casal sem filhos que se interessou em ficar com seu bebê. Logo após o nascimento, a jovem entregou o filho ao casal, que lhe pagou grande quantia em dinheiro e assumiu os gastos do hospital. **ASSERTIVA:** Nessa situação, Mariana, por estar em situação vulnerável, não está sujeita à punição nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas o casal estará sujeito à pena de reclusão por ter efetuado pagamento pela criança.
- 116** No procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar de uma pessoa privada de liberdade, deve-se citar o requerido, a quem será dado prazo para apresentar testemunhas e resposta por escrito.

- 117** Na área da família, as estratégias de atendimento e acompanhamento devem ser adotadas em função da complexa trama social e histórica da família envolvida no caso concreto.
- 118** Caso a pessoa encarregada de cuidar de crianças utilize tratamento cruel como forma de correção, ela estará sujeita a encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família, a tratamento psicológico ou psiquiátrico e a cursos ou programas de orientação.

No que se refere à violência direcionada a diferentes segmentos sociais, julgue os itens a seguir.

- 119** Estudos apontam para a existência de forte estigma social gerado pela associação entre juventude e delinquência, em especial no que diz respeito a jovens de periferias urbanas.
- 120** A efetividade da Lei Maria da Penha não ocorre da mesma maneira em todos os estados brasileiros, pois depende, entre outros fatores, dos graus de institucionalização dos serviços de proteção a vítimas de violência doméstica.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o verso da **FOLHA DE RESPOSTAS/TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Respostas/Texto Definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **80,00 pontos**, dos quais até **4,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

No passado, ligar a Zona Norte à Zona Sul do Rio de Janeiro simbolizava a esperança de aproximar a cidade partida. Hoje, crimes absurdos unem as zonas da cidade em abraços inconsoláveis. A cada dez minutos, uma pessoa é vítima de homicídio no Brasil. O discurso oficial de que segurança pública não pode ser só polícia faz sentido. A conhecida carência de políticas sociais tem parcela imensa de importância nesse quadro. Segurança não é só polícia, mas é polícia também.

Paula Cesarino Costa. **Contágio da indiferença**. *In: Folha de S.Paulo*, 21/5/2015, p. A2 (com adaptações).

Dois fatos trágicos que chocaram o Rio de Janeiro recentemente — a morte de dois jovens em um morro, depois de uma operação policial, e a de um ciclista na Zona Sul da cidade — têm uma causa semelhante, que é a incapacidade do poder público de lidar com os jovens pobres, mas a repercussão deles é bastante diversa, sem que se faça a necessária reflexão sobre isso. Para muitos, trata-se de um problema exclusivo de segurança pública. Para outros, esse é um problema ainda maior e muito mais complexo.

André Luís Machado de Castro. **Menos presídios e mais escolas**. *In: O Globo*, 22/5/2015, p. 9 (com adaptações).

Aos dezesseis anos, os jovens podem votar, isto é, escolhem os nossos representantes nas câmaras e assembleias e nos cargos executivos. Emancipados, podem realizar todos os atos da vida civil, inclusive contrair matrimônio. A verdade é que os jovens de dezesseis anos de idade têm, de regra, capacidade de entender a conduta criminosa.

Carlos Velloso. **Jovem de 16 anos é capaz de entender conduta criminosa.** *In: O Globo*, 22/5/2015, p. 9 (com adaptações).

Em vinte e cinco anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estado foi o que mais infringiu a lei. Não implementou as medidas previstas no estatuto, que têm o intuito de transformar o adolescente em cidadão do bem. Com raríssimas exceções, os estabelecimentos destinados à ressocialização dos infratores são calabouços revestidos de violência e desrespeito aos direitos fundamentais dos jovens. O sistema educacional é ruim. A saúde pública é vergonhosa. Nas regiões de baixa renda, os jovens são encarados como mão de obra fácil e barata na luta diária pela sobrevivência. Na periferia urbana, eles são as principais vítimas da violência que todos querem combater.

Correio Braziliense. Editorial: **O fiasco da punição a jovens infratores.** 23/5/2015, p. 12 (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de textos apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

SEGURANÇA PÚBLICA: DEVER DO ESTADO, DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- ▶ Dê exemplos de políticas públicas para reduzir a violência e a insegurança. [**valor: 25,00 pontos**]
 - ▶ Discorra a respeito do debate atual sobre reduzir ou não a maioria penal. [**valor: 25,50 pontos**]
 - ▶ Comente a respeito do sistema prisional brasileiro e da reincidência criminal. [**valor: 25,50 pontos**]
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	